

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.176 - GO (2019/0263462-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **L B A**
ADVOGADOS : **MARIA THEREZA PACHECO ALENCASTRO VEIGA - GO010070**
 GUSTAVO DE FREITAS TEIXEIRA ÁLVARES - GO016689
 LAIS BRINGEL DE ARAÚJO - GO038200
 MICHELLI MARTINS VIEIRA DE FARIA - GO049646
AGRAVADO : **H DE F S - POR SI E REPRESENTANDO**
AGRAVADO : **I S A**
AGRAVADO : **B S A**
ADVOGADOS : **MARLENE MOREIRA FARINHA LEMOS - GO015272**
 RENATO DE ARAUJO RIBEIRO - GO040388

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por LBA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS E GUARDA. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. ALIMENTOS PROVISÓRIOS PARA EX COMPANHEIRA. EXCEPCIONALIDADE. PRAZO DETERMINADO.

I - Para a fixação do valor dos alimentos, deve ser observada a necessidade dos alimentandos e a possibilidade financeira do alimentante (CC 1.694, parágrafo 1º). Assim, mediante prudente valoração do conjunto probatório acostado aos autos, mister a manutenção da quantia referente aos alimentos provisórios fixados na decisão singular, afastando-se o pedido de majoração.

II - Sabe-se que, na atualidade, os alimentos arbitrados a ex-companheira se justificam apenas em situações específicas, quando, por exemplo, a ex-esposa abdicou de sua vida profissional para dedicar-se ao lar durante décadas, situação que a exclui do mercado de trabalho.

III – Na presente hipótese, em uma análise perfunctória típica das tutelas provisórias de urgência, considerando que a ex-companheira, ora agravante, não tem ocupação profissional desde o nascimento dos filhos, fato não contestado pelo agravado, abdicando, ao que tudo indica, do seu trabalho para cuidar das crianças, necessária a fixação de alimentos provisórios em seu favor para resguardar sua manutenção, porém por prazo determinado. Precedentes.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (fl. 632).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, aponta o recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022 do Código de Processo Civil; 1.694, § 1º, do Código Civil.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 731-737.

É o relatório. Decido.

2. A irresignação não prospera.

Descabe cogitar de contradição interna no acórdão recorrido, pois esta somente se verifica entre as proposições e conclusões do próprio julgado. A irresignação da parte a respeito do que ficou decidido não implica, por si só, contradição de que trata o artigo 1.022 do CPC.

3. A matéria posta neste recurso versa sobre alimentos provisórios.

O juiz de piso deferiu parcialmente alimentos em favor dos filhos do casal, preconizando, no tocante à pensão alimentícia pleiteada pela mãe, não se encontrar "presente a urgência, nem o perigo de dano de tal pedido".

O Tribunal de origem deu provimento parcial ao agravo de instrumento. Ao fazê-lo, deixou registrado que, "em uma análise perfunctória típica das tutelas provisórias de urgência, considerando que a ex-companheira, ora agravante, não tem ocupação profissional, desde o nascimento dos filhos, fato não contestado pelo agravado, abdicando, ao que tudo indica, do seu trabalho para cuidar das crianças, necessária a fixação de alimentos provisórios em seu favor para resguardar sua manutenção, porém por prazo determinado" (fl. 630).

Por meio do recurso especial, o recorrente busca afastar tal obrigação alimentar, ao argumento de que "não reconhecida a existência de união estável e não demonstrada a necessidade da recorrida em perceber alimentos" (fl. 720).

No entanto, esta Corte Superior entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em sintonia com o disposto na Súmula 735/STF, segundo a qual "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar".

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator